



Revista Brasileira de Sociologia

ISSN: 2317-8507

ISSN: 2318-0544

revbrasilsociologia@gmail.com

Sociedade Brasileira de Sociologia

Brasil

Fleury, Sonia; Menezes, Palloma; Magalhães, Alexandre
Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia
Revista Brasileira de Sociologia, vol. 9, núm. 23, 2021, Septiembre-Diciembre, pp. 256-279
Sociedade Brasileira de Sociologia
Aracaju, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.839>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=595771131011>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia

Shifting categorizations:
favela collectives in action during the pandemic

Sonia Fleury* 

Palloma Menezes** 

Alexandre Magalhães*** 

RESUMO

Este artigo descreve e analisa as múltiplas ações que moradores de favelas do Rio de Janeiro, através de suas organizações e coletivos, estão realizando no sentido de enfrentar os efeitos do novo coronavírus nesses territórios. Propomos pensar esse processo de articulação e mobilização no contexto pandêmico como produzindo deslocamentos dos sentidos historicamente atribuídos aos habitantes dessas localidades. Com isso, buscamos compreender como ações voltadas para doação de alimentos, comunicação comunitária, produção local de painéis informativos e outras iniciativas compõem um conjunto multifacetado de experiências que, de alguma forma, reivindicam e expressam as variadas potências de vida existentes nesses territórios.

Palavras-chave: favelas, coronavírus, potências.

* Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Doutora em Ciência Política, pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos (CEE/FIOCRUZ) e coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ).
profsoniafleury@gmail.com

** Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFF e pesquisadora do ICICT/FIOCRUZ.
pallomamenezes@gmail.com

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Viamão, RS, Brasil.

Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador do ICICT/FIOCRUZ.
alexandre.magalhaes@ufrgs.br

ABSTRACT

This article describes and analyzes the multiple actions taken by Rio de Janeiro's favela residents, through their organizations and collectives, in order to face the effects of the new coronavirus in their territories. We propose to think of this process of articulation and mobilization in the pandemic context as producing shifts of meanings historically attributed to the inhabitants of these locations. Thus, we seek to understand how actions focused on food donation, community communication, local production of information panels and other initiatives make up a multifaceted set of experiences that, in some way, claim and express the varied capabilities of life that exist in these territories.

Keywords: *favelas*, coronavirus, capability.

Introdução

A pandemia da COVID-19 espalhou-se desde as classes médias altas para as populações de favelas e periferias, gerando a falsa sensação de que as igualava diante da nova ameaça. Ainda que tenha atingido diferentes classes, as condições sociais e sanitárias diferenciadas, além da precariedade das políticas públicas, colocaram os moradores das favelas em uma situação de extrema vulnerabilidade, que se expressou no número proporcionalmente maior de mortos nesses territórios.

O discurso oficial tomou como interlocutores as classes médias altas, capazes de manter isolamento, fazer *home office* e se higienizar, além de adotar uma estratégia sanitária curativa, voltada para equipar e ampliar a rede pública hospitalar, em detrimento de medidas de fortalecimento da atenção primária de saúde, na qual profissionais e agentes comunitários atuam preventivamente e fazem o elo da população de periferias e favelas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Tais agentes seriam fundamentais na identificação de pessoas sintomáticas, de modo a isolar os contatos e referir pacientes a outros serviços do sistema de saúde, além de conhecer necessidades e possibilidades na quarentena, dentro e fora dessas localidades.

Não foram formuladas e implementadas políticas públicas para mitigar o impacto econômico da pandemia na economia das favelas,¹ onde grande parte da população atua na informalidade e em serviços domésticos. Também não foram tomadas medidas, por exemplo, para obrigar as concessionárias a prestarem regulamente os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, e muito menos foram adotadas providências para prover acesso gratuito à internet, condição necessária tanto para o trabalho dos agentes comunitários de saúde quanto para a preservação dos moradores em condições de isolamento. Acentuaram-se as dificuldades de acesso ao serviço de saúde, em especial em relação aos cuidados secundários (especialidades e exames) e terciários (hospitais), que sempre se manifestaram na peregrinação dos pacientes de uma unidade para outra, em evidente expressão do *contradireito* à saúde (Fleury, 2011). Tal situação se viu agravada, no Rio de Janeiro, pela política municipal que, recentemente, demitiu centenas de profissionais das clínicas da família e reduziu o orçamento da saúde.

Não se trata, pois, de afirmar a “ausência estatal” nas favelas, como normalmente tais camadas de precariedade costumam ser definidas, mas de uma política de precarização (Magalhães, 2020) ou biopolítica da precariedade (Leite, 2020) que consiste na prática de expor continuamente certas populações à morte, definindo aqueles que podem/devem morrer – uma necropolítica como designou Mbembe (2016).

É possível afirmar que nos encontramos diante de uma política pública que enquadra a pandemia sob a perspectiva das classes altas, legitimando-se em um discurso científico para difundir ideias, programas e estratégias que ignoram as carências, necessidades e recursos existentes nas favelas e periferias. Nessa configuração, gostaríamos de atentar para a dimensão simbólica e discursiva das práticas de poder. O institucionalismo discursivo (Schmidt, 2013) indica a necessidade de ter em conta não só o conteúdo do discurso, mas também o processo interativo do discurso, em seu contexto institucional.

Nesse sentido, o discurso governamental sobre a pandemia, ao ignorar a especificidade das favelas e periferias, por sua presença precária reforça e reifica certa visão sobre os moradores dessas localidades, a partir da “falta de dignidade” e da “degradação política” (Honneth, 2003). A distribuição

¹ Desde o início da pandemia, 70% das famílias que moram em favelas tiveram a renda diminuída, segundo um levantamento realizado pela empresa de pesquisa Data Favela, com mais de mil moradores de 262 comunidades. Fonte: <https://exame.com/economia/renda-cai-para-7-em-cada-10-familias-nas-favelas/> (Acessado em 20 de junho de 2020).

desigual de direitos e a produção de circunstâncias de exclusão são formas de desrespeito, pois denegam ao indivíduo a condição de ator moralmente competente, incluído na comunidade política. A exclusão se manifesta pela interdição dos moradores de favelas como partícipes da interação comunicacional entre o político e seu público, ademais da imputação de culpa por não terem condições de adequar-se à normatividade imposta pela pandemia. Portanto, um duplo enquadramento da exclusão, pela situação interativa e pelo conteúdo discursivo (Mendonça & Simões, 2012).

Diante dessa situação, organizações e coletivos de favelas no Rio de Janeiro se mobilizaram através de diferentes tipos de ação e estratégias no enfrentamento à pandemia. Tal mobilização se constituiu, tendo no horizonte a diversidade desse universo, tanto em termos de sua localização quanto de sua trajetória política, organização comunitária e recursos existentes, o que demonstra a capacidade desses grupos de mobilizar apoios, fazer parcerias e constituir coalizões, redes e frentes. O enfrentamento à pandemia em cada favela vai depender, portanto, das capacidades e recursos ali existentes, frutos das sociabilidades ali tecidas e de sua organização, bem como das articulações externas com parceiros/apoiadores, e do aprendizado propiciado pela circulação de informações e difusão de tecnologias sobre as diferentes iniciativas empregadas.

É possível afirmar, no entanto, que nas últimas décadas emergiu um *sujeito periférico*, nos termos propostos por D'Andrea (2013). Tal categoria busca designar a construção de uma subjetividade política que diz respeito ao aumento da autoestima dos jovens moradores e que se expressa, por exemplo, em práticas culturais como o funk, o hip-hop, as batalhas de slams, bem como por meio da criação de museus e centros culturais, jornais, rádios comunitários e coletivos com objetivos os mais variados. Enfim, denota a existência de *periferias em movimento*, nas quais o pertencimento a esses territórios é agenciado politicamente, tornando possível a crítica social e a problematização de como tais experiências sociais e políticas são atravessadas por questões raciais, de classe e de gênero.

Tendo em vista essa emergência, vale destacar a atenção que Landi (1981) direciona para a disputa de regimes de verdades que se dá em torno de enunciados e significados. É no interior dessas disputas que o indivíduo se constitui como sujeito, construindo sua identidade social e política por meio da apropriação de significantes, através de suas relações

colaterais com outros significantes, já que os significados não preexistem às disputas por hegemonia. Essa proposição baseia-se na diferenciação que faz Laclau, ao tratar *a política* como conjunto de práticas políticas, supondo uma lógica instrumental do instituído, enquanto *o político* diz respeito ao instituinte, em que se formam identidades e sujeitos. A impossibilidade de uma sutura total entre significante e significado, pretensão totalizante, permite a ocorrência de deslizamentos entre ambos, lugar de manifestação da luta pela hegemonia como busca de captura dos significantes flutuantes. Assim, a hegemonia “não consiste na imposição de uma visão fechada ao restante da sociedade, mas na articulação de uma multiplicidade de elementos ideológicos que não possuem uma necessária conotação de classe, ao discurso hegemônico da classe hegemônica” (Laclau, 1977, p. 20, tradução nossa). O autor propõe como conceito central para compreender hegemonia a articulação, ou seja, práticas que estabelecem equivalências entre significados dispersos com um dado significante. É na possibilidade de atribuir outros significados a um significante que pareceria ser definitivo que se encontra a possibilidade de mudança social.

O significante favelas/favelados foi historicamente associado, na produção social brasileira sobre a questão urbana, aos seus territórios e moradores identificados pelo polo negativo das dualidades normal x patológico, moderno x arcaico, inclusão x exclusão, legal x ilegal, centro x periferia, cidadão x massa marginal, dentre outras. Em outros termos, uma identidade que foi construída socialmente (e externamente) a partir da equivalência com carência, desordem, ilegalismos, ou seja, como ausência de direitos, de cultura, de propriedade, enfim, à margem da comunidade de cidadãos.

O cenário da pandemia coloca em ação o sujeito coletivo favelado (o “sujeito periférico”), já que é na relação entre o discurso e a ação que encontramos o lugar do sujeito. Se a apropriação discursiva é o fundamento da condição humana (Arendt, 1993), a proibição do discurso é o que despoja os indivíduos de sua condição de atores, da possibilidade de inclusão em uma ordem simbólica relacional constituída por uma trama de atos e palavras. A constituição de sujeitos de ação e sua possibilidade de inserção passam necessariamente pelo resgate de sua possibilidade discursiva (Fleury, 2007).

Neste artigo, pretendemos analisar o conjunto de discursos, organizações e práticas que compõem o repertório com o qual os moradores de favelas se propõem a enfrentar a pandemia, entendendo-os como manifestações desse

sujeito coletivo em busca da construção de novos enquadramentos que se contraponem ao discurso oficial e às dicotomias reducionistas. Nesse sentido, sugerimos que tais ações, críticas e denúncias veiculadas por esses atores sociais buscam reposicionar os significantes “favelas/favelados/periferias”, tendo em vista o contexto de enfrentamento aos efeitos do novo coronavírus nesses territórios, nas gramáticas políticas e sociais que organizam o debate e as práticas tecidas no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Mapeamento das ações em favelas durante a pandemia

As ações de combate à pandemia vêm sendo articuladas por lideranças e grupos bastante heterogêneos. Vários deles já tinham experiências organizativas anteriores à pandemia em associações, coletivos ou organizações não governamentais.² Mas outras experiências de organização local resultaram das urgências geradas pelos múltiplos impactos que a pandemia provocou na vida das famílias nas favelas. Abordaremos rapidamente aqui algumas das diferenças de articulação, formalidade, abrangência e visibilidade, assim como de experiências prévias dessas organizações comunitárias, apresentando brevemente alguns casos em um contínuo que varia de acordo com o grau de organização: (i) frentes e gabinetes de crise (bastante estruturados e articulados); (ii) ações múltiplas, mas não unificadas no mesmo território; (iii) ações pontuais e menos institucionalizadas.

É importante ressaltar que consideraremos essas diferentes modalidades de articulação e ações, a partir dos encadeamentos de atividades que conduzem à formação de coletivos, de problemas e de causas (Cefaï, 2002). Ou seja, é no próprio curso da ação que será possível observar a constituição tanto das causas em jogo quanto dos próprios coletivos em questão. Nesse sentido, esses agrupamentos não estão dados de uma vez por todas, muito menos suas fronteiras estão completamente delimitadas. Dessa forma, tal como afirma Cefaï (2009), tais organizações e coletivos podem ser vistos como agrupamentos mais ou menos fluidos que se constituem ao redor de situações problemáticas que precisam ser resolvidas (em nosso caso, os efeitos

² Sobre o associativismo em favelas e periferias, há uma vasta literatura, da qual destacamos: Leeds e Leeds (1978); Sader (1988); Doimo (1995); Machado da Silva (2002); Machado da Silva e Leite (2004); Feltran (2011); Rocha (2013); Pestana (2016).

das pandemias nas favelas) e que acabam por colocar em jogo, nos termos do autor, uma “experiência criadora”. Diante disso, ao buscarmos soluções ao longo do tempo, tais agrupamentos, coletivos e organizações são capazes não apenas de se transformar internamente, mas também o seu ambiente, como o que parece estar acontecendo com essas ações de solidariedade e ajuda mútua nas favelas e periferias brasileiras e, em particular, no Rio de Janeiro.

Dando continuidade, destacamos que o grau de institucionalização e articulação pode ser tomado como um indicador importante do capital social acumulado nas organizações, associações e coletivos de favelas e periferias. No entanto, aqui não será tratado como indício de uma maior ou menor politização, já que consideramos tais mobilizações como políticas em si mesmas, no sentido de que buscam atuar sobre o mundo e o modo como este se produz e reproduz material e simbolicamente.

Podemos pensar nas frentes e gabinetes de crise como o tipo mais institucionalizado, cujos exemplos são os que foram desenvolvidos no Conjunto de favelas da Maré e do Alemão (ambos da Zona Norte da cidade), na Cidade de Deus e Vila Kennedy (Zona Oeste) e no Morro da Providência (Centro). Um tipo intermediário de institucionalização promoveu ações múltiplas, mas não unificadas em uma mesma favela. Podemos visualizar essa forma de engajamento em algumas localidades da Zona Sul – como Rocinha, Vidigal, Santa Marta, Chapéu Mangueira e Babilônia – e também da Zona Norte – como Complexo da Penha, Manguinhos e Mangueira. Encontramos um terceiro tipo, que engloba ações mais pontuais e menos institucionalizadas, no qual localizamos os casos do Conjunto de favelas de Acari e Chapadão (Zona Norte). Sendo uma tipologia, não se trata de uma amostra e nem se pode generalizar os tipos de ação em curso, mas sim descrever distintas formas de organização que estão acontecendo, de acordo com seu grau de institucionalidade, abrangência e incidência.

Apesar de tais considerações, nossa análise será menos voltada para os tipos de organização e mais para os tipos de ação que vem sendo desenvolvidos nas favelas cariocas. Essa análise será realizada a partir de um trabalho de mapeamento de dados sobre os impactos do novo coronavírus que vem sendo realizado desde março pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco³, ou Wikifavelas, que é uma plataforma virtual de acesso público

³ https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas.

para a produção e veiculação de conhecimentos sobre favelas e periferias. A iniciativa, sediada na Fiocruz, visa estimular e permitir a construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias, por meio da articulação de uma rede de parceiros que se dedicam a este tema tanto nas universidades quanto nas instituições e coletivos existentes nesses territórios. O Dicionário de Favelas se insere, pois, como mediação na dinâmica das lutas políticas pelo reconhecimento dos moradores de favelas como sujeitos que falam de si e de seus territórios e exigem maior inclusão na comunidade dos cidadãos.

Desde o início da pandemia, a partir da demanda dos próprios moradores dessas localidades, foi criada no Wikifavelas uma área para mapear os impactos do novo coronavírus, permitindo, assim, a divulgação das ações que estavam ocorrendo nesses territórios. Ali se encontram seções contendo informações sobre como ajudar os moradores, notícias produzidas pela imprensa comercial e pelas mídias comunitárias, materiais informativos confeccionados pelos coletivos, tais como manifestos, propostas e planos de ação, e painéis com dados de incidência e mortalidade.

Tendo como fonte fundamental o próprio Dicionário, buscaremos descrever e analisar os modos pelos quais os moradores de favelas estão enfrentando a pandemia e, dessa forma, deslocando o modo usual como esses territórios são enquadrados e definidos pelo discurso dominante. A partir dessas ações, e para além do seu significado material, é possível afirmar que os coletivos e organizações constituídos nessas localidades estão fazendo girar os significantes “favelas/favelados/periferias” no sentido da inclusão de referências e sentidos que dão destaque à capacidade criativa, organizativa e mobilizadora existente nesses territórios. Para tanto, consideraremos como eixo analítico-descritivo principal os tipos de ação promovidos pelos coletivos no período da pandemia. Dividimos essas ações em cinco tipos principais: garantia da subsistência; comunicação comunitária; prevenção, mapeamento e produção de dados sobre incidência e mortalidade; críticas ao poder público e a produção de planos comunitários de ação. Elas expressam aquilo que vem sendo chamado de “Nós por Nós”, enunciado político que busca enquadrar esses modos de atuação em um contexto de operação da política de precarização, marcada também pela lógica da escassez (Freire, 2019), tão característica das formas como atua o aparato estatal historicamente no Brasil.

Garantia da subsistência

A pandemia afetou a economia do país e, especialmente, das favelas e periferias brasileiras. Nesses territórios, concentram-se muitas pessoas que são trabalhadoras informais e que se viram impossibilitadas de garantir a subsistência de suas famílias. Embora o PL 1.066/2020 tenha sido aprovado no dia 30 de março no Senado, elevando o valor inicialmente proposto pelo governo de R\$200,00 para R\$600,00, houve demora na sanção e liberação do auxílio emergencial por parte do governo federal⁴ e dificuldades para efetuar o cadastramento, o que gerou enormes filas nas agências da Caixa Econômica Federal num momento de recomendação para evitar aglomerações. Muitos tiveram o auxílio negado⁵ e outros, que conseguiram a aprovação, apenas começaram a receber a primeira parcela do auxílio dois meses após a sanção presidencial.

No início da pandemia no Brasil, a fome já espreitava a vida dos moradores de favelas e periferias.⁶ Para evitar o seu possível avanço e aprofundamento, diversas associações de moradores, coletivos e grupos já existentes e estruturados nesses territórios começaram a se organizar para conseguir doações e ajudar os mais necessitados. Num movimento impressionantemente intenso, foi possível observar a constituição de diferentes redes de solidariedade e ajuda mútua. Essa organização envolveu um trabalho de múltiplas dimensões:

- a. organização interna para decidir como doações poderiam ocorrer (com entrega de alimentos em algum local específico, transferência via conta bancária ou com criação de vaquinhas *online*);
- b. mapeamento de famílias que seriam beneficiadas (algumas favelas já possuíam cadastros de famílias com renda mais baixa ou sem renda, outras logo iniciaram esse levantamento);
- c. acionamento das redes de contatos supralocais para obtenção de doações e/ou divulgação dos pedidos de ajuda;

⁴ Cf. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/maia-critica-demora-na-liberacao-de-auxilio-emergencial-a-informais.ghtml>

⁵ O número de reclamações foi tão grande que o governo se viu obrigado a montar um sistema para pessoas que tiveram auxílio negado poderem contestar por telefone, pelo site ou nas agências dos Correios. Fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/governo-anuncia-ferramenta-para-quem-teve-auxilio-emergencial-negado> (acessado em 20 de junho de 2020).

⁶ Cf. <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-28/sem-aco-especificas-86-dos-moradores-de-favelas-vaopassar-fome-por-cao-do-coronavirus.html>

- d. organização para recebimento das doações e distribuição dos alimentos, mantendo medidas para evitar contaminação;
- e. prestação de contas (em sites, redes sociais, e-mail, através de fotos das distribuições e balanço das doações e dos beneficiados).

Um dos casos de distribuição de alimentos mais amplo e estruturado é o do Complexo do Alemão, região que tem uma longa história de mobilização social e política. Além das várias associações de moradores e ONGs, nas últimas décadas vários coletivos foram criados nas suas diversas favelas, sendo um deles o Coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão. Essa organização reúne, desde 2013, grupos locais que já existiam para acompanhar, comunicar, pressionar, exigir e denunciar questões relevantes para o desenvolvimento da localidade. Desde o início da pandemia, o grupo começou a mapear, através de um cadastro social próprio, as famílias que mais precisavam de doações e que, então, passariam a ser assistidas pelo grupo.

Além disso, foi formado também na mesma região o Gabinete de Crise do Alemão, composto pelos coletivos Papo Reto, Voz das Comunidades, Mulheres no Alemão em Ação. Nas redes sociais, membros desse arranjo associativo afirmam não possuir relação com ações da administração pública e, por isso, demandam a colaboração da população local e da cidade como um todo: “nos ajudem. Estamos na rua por vocês. Fiquem em casa pela gente também! E sim, com todas as faltas do Estado, nosso Gabinete tem trabalhado muito melhor que muita instituição política. Isso é um fato”.⁷

A partir da projeção pública que jovens lideranças conseguiram alcançar nas redes sociais e na grande mídia, o Gabinete estabeleceu parcerias, entre muitas outras, com empresas como Havaianas e Instituto Unibanco, para realização de ações diversas. Nas prestações de contas⁸ realizadas em redes sociais, os números impressionam, com doações volumosas de produtos de higiene, água, sandálias, leite em pó etc., atingindo mais de 42 mil pessoas.

Gabinetes de crise de outras favelas como da Vila Kennedy, na Zona Oeste, embora não tenham a mesma visibilidade nas redes sociais, também conseguiram estabelecer diversas parcerias internas e externas – como a que se deu com a Escola de Samba Unidos da Vila Kennedy – que possibilitaram a distribuição de centenas de cestas básicas desde o início da pandemia, doadas por uma grande rede de supermercados. Outra parceria supralocal

⁷ Fonte: https://www.instagram.com/p/B_kaMKHpNwy/ (acessado em 22 de junho de 2020).

⁸ Fonte: <https://www.instagram.com/p/CBl1-bqpSpF/> (acessado em 22 de junho de 2020).

permitiu que o gabinete distribuísse kits de limpeza e toneladas de sabão que foram doadas por um grande fabricante do produto.⁹

Ainda que sem a estrutura de gabinetes ou frentes, em outras favelas alguns moradores e lideranças também se reuniram para evitar que famílias passassem fome e para dar visibilidade a suas ações. Esse é o caso do grupo Fala Akari que, através de sua página de Facebook, vem divulgando as ações realizadas nas favelas que compõem o conjunto e prestando contas das doações recebidas, além de denunciar a atuação estatal, especialmente a violência policial.

O que as ações desses coletivos, organizados em frentes ou gabinetes, nos mostram é um esforço individual e coletivo de transformar determinado problema particular (os efeitos do coronavírus nas favelas) em um problema público (que demanda resposta pública/política). O processo de publicização de alguma situação ou circunstância – que corresponde a um processo de problematização – consiste em tornar visível o assunto, bem como os meios através dos quais este assunto será visto (Freire, 2016). A ação desses coletivos de favelas e periferias do Rio de Janeiro no contexto da pandemia aponta para um esforço contínuo para fazer ver a situação na qual se encontram seus moradores, além de, ao se articularem a outros atores individuais e coletivos, chamar a atenção pública para o que estão vivenciando e para os esforços cotidianos para contornar as insistentes precariedades.

Comunicação comunitária

As medidas de garantia da subsistência, desde que começaram a ser estruturadas, estão intimamente relacionadas com ações de comunicação, pois os moradores tiveram que produzir diferentes materiais para mobilizar ajuda externa (que envolve doações individuais, de empresas e ONGs). Também precisaram ampliar a comunicação interna, com o objetivo de prevenir a disseminação do novo coronavírus, investindo em diferentes estratégias de comunicação comunitária para conseguir dialogar com mais eficiência e rapidez com os moradores e explicar, de forma simples, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a transmissão.

⁹ Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/rio/em-meio-pandemia-do-coronavirus-moradores-da-vila-kennedy-se-mobilizam-criam-proprio-gabinete-de-crise-rv1-1-24363499.html> (acessado em 26 de junho de 2020).

Alguns territórios já contavam com uma estrutura de comunicação comunitária (com jornalistas formados com larga experiência, jornais impressos e/ou *online*, rádio poste, grupos de Whatsapp, páginas de Facebook, Instagram e Twitter, canais no Youtube), o que facilitou a organização e o alcance do trabalho de comunicação. Outros, que não tinham essa experiência prévia, precisaram realizar um esforço para estruturar tais canais de comunicação. Esse esforço envolveu:

- a. produção de material para divulgar externamente pedidos de doação (cartazes e vídeos);
- b. produção de material para divulgar informações no território da favela (confecção de faixas, cartazes, grafites, cartilhas impressas e circulação de carro de som e mensagens nos alto falantes das favelas);
- c. produção de material para divulgação via redes sociais (criação de *cards*, vídeos, cartilhas virtuais, além da realização de *lives*).

Um dos grupos que tem atuado fortemente na área de comunicação comunitária durante a pandemia é a Frente de Mobilização da Maré,¹⁰ reunindo mais de 100 moradores que se organizaram precocemente para fomentar ações que levassem informação aos moradores das 16 favelas da Maré. Além de distribuir doações de alimentos e produtos de limpeza, as ações do grupo incluem iniciativas como produção de faixas, cartazes, grafites, panfletos que foram espalhados pelas favelas que compõem o conjunto, além de um “Manual de como não vacilar em tempos de coronavírus”. Além disso, jornalistas e comunicadores têm participado constantemente de *lives*, *podcasts* e na formulação de *posts* informativos nas redes sociais. Demonstrando enorme capacidade de articulação, o grupo tem estabelecido parcerias com lideranças, comerciantes e outros grupos locais, bem como com coletivos de outras favelas, instituições de direitos humanos e de pesquisa, como a Fiocruz.

Como resume uma comunicadora da Maré, “não temos recursos e tudo o que temos vem de vaquinha *online*, de parceria com instituições de direitos humanos e outros coletivos, porque o Estado não nos coloca de maneira prioritária”. Ela aponta que “a população vem sobrevivendo e o Estado só vem à base de tiro, o que atrapalha, inclusive, as distribuições de cesta básicas”. Além de entenderem que não podiam esperar pela ação estatal, a ativista

¹⁰ Cf. <https://www.frentemare.com/>.

lembra que também não era possível contar apenas com a mídia convencional para veicular informações relacionadas aos cuidados à população local: “a gente entendeu que a mídia convencional não dava conta da nossa realidade, em que não é possível fazer isolamento social, pessoas não tem água para lavar as mãos contra o vírus e, por isso, estamos nos mobilizando”.¹¹

Grupos de outras favelas da cidade também investiram na comunicação comunitária como estratégia contra o novo coronavírus. Esse é o caso da Cidade de Deus, onde mais de 50 ativistas e organizações criaram a Frente CDD Contra o Covid 19¹², conseguindo, assim, recursos através de uma vaquinha *online*¹³; no site do grupo é dito que

a Frente CDD já ajudou mais de 8 mil famílias (cerca de 25 mil pessoas) com entrega de cestas básicas e materiais de limpeza. Também circularam panfletos, carros de som, faixas e materiais nas redes tirando dúvidas sobre a COVID-19, suas formas de contágio e seus principais sintomas.

Prevenção

As ações de prevenção envolveram a comunicação de instruções confiáveis sobre como os moradores devem agir durante a pandemia e a busca de condições materiais para uma prevenção efetiva, organizando-se para:

- a. distribuição de materiais de limpeza e máscaras;
- b. criação de lavatórios nas favelas;
- c. ações de sanitização;
- d. criação de canais para colocar em contato médicos voluntários dispostos a fazer teleconsultas a moradores sintomáticos.

Desde o início da pandemia, Paraisópolis, em São Paulo, tem sido apresentada pela imprensa como caso paradigmático de prevenção contra o novo coronavírus. Além de realizarem uma ampla distribuição de alimentos,

¹¹ Cf. https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/gizele-martins-cria-da-mare-moradora-esta-na-linha-de-frente-contra-a-covid-19-na-comunidade/?fbclid=IwAR1rr_Dr2nrvffXZzRPmt-53cOjuiW0CB6ypUC0eOSjkoGLONx_9FR-EhCI. (acessado em 23 de junho de 2020).

¹² Cf. <https://www.instagram.com/fretecdd/>.

¹³ Cf. <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/financiamento-da-frente-cdd-contra-a-covid-19-frente-cdd-contra-a-covid-19>.

lideranças transformaram uma escola em casa de acolhimento, organizaram cursos de primeiros socorros para moradores, realizaram atendimentos domiciliares emergenciais, criaram bases de emergência e contrataram médicos e ambulâncias.¹⁴ Devido a esse elevado grau de organização, alguns meses após o início da crise, noticiava-se que “a favela de Paraisópolis, em São Paulo, tem melhor controle da pandemia de Covid-19 do que outros bairros da capital paulista”.¹⁵ A matéria cita dados de pesquisa realizada pelo Instituto Pólis, indicando que em 18 de maio de 2020, a taxa de mortalidade pelo novo coronavírus na região era de 21,7 pessoas por 100 mil habitantes, enquanto a média municipal era de 56,2. Porém, em outras regiões pobres da capital paulista o cenário não era o mesmo, mostrando a enorme heterogeneidade entre as periferias, em termos de recursos materiais, organizativos e políticos.

No Rio de Janeiro, um exemplo de ação de prevenção é a que se realiza no Santa Marta. Nessa favela, embora não exista uma frente ou gabinete de crise, vários grupos estão atuando no combate à pandemia. A Associação de Moradores tem organizado a doação de cestas básicas para a população¹⁶ e produtos de limpeza e higiene, além de ter instalado lavatórios nas ruas e vielas. O Grupo Eco,¹⁷ além de assumir o compromisso de ajudar 50 famílias com alimentos e um valor em espécie todos os meses para compra de gás ou qualquer outra urgência, criou uma rede de teleatendimento para consultas médicas a moradores sintomáticos.

Já um terceiro grupo de moradores tem realizado ações de sanitização das ruas e vielas locais¹⁸ e ganhou bastante repercussão na mídia nacional e internacional.¹⁹ Lideranças locais estudaram para dominar a tecnologia para realizar a ação, conseguiram doações e treinaram voluntários (Menezes; Mano, 2020). Posteriormente, a experiência foi “exportada” para outras

¹⁴ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/07/paraisopolis-se-une-contr-a-coronavirus-contrata-ambulancias-medicos-e-distribui-mais-de-mil-marmittas-por-dia.gh.html> (acessado em 20 de junho de 2020).

¹⁵ Fonte: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/paraisopolis-controla-melhor-pandemia-do-que-cidade-de-sao-paulo.html> (acessado em 20 de junho de 2020).

¹⁶ Cf. <https://www.santamartapedeajuda.com/>

¹⁷ Cf. [https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Grupo_ECO_\(Santa_Marta\)](https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Grupo_ECO_(Santa_Marta))

¹⁸ https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Sanitiza%C3%A7%C3%A3o_do_Santa_Marta

¹⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/05/moradores-de-favela-no-rio-fazem-sanitizacao-por-conta-propria-contr-a-coronavirus.gh.html> (acessado em 22 de junho de 2020).

favelas, como Chapéu Mangueira, Cantagalo e Babilônia,²⁰ chegando até a uma localidade no Espírito Santo, num exercício de troca de conhecimentos fundamentais em termos de prevenção. A partir desse intercâmbio, essas lideranças resolveram construir a Rede Autônoma de Sanitizadores de Favela que está realizando ações conjuntas com compartilhamento não só de equipamentos, mas também saberes e tecnologias. Mais recentemente, lideranças do Santa Marta estabeleceram ainda uma parceria com pesquisadores da UERJ para, através de um equipamento chamado CoronaTrack,²¹ monitorar a carga viral do Coronavírus nos locais por onde os moradores costumam mais frequentemente transitar.

Todas essas experiências se inscrevem na disputa simbólica pela identificação da favela com inovação, organização, coordenação, capacidade de ação, cooperação, enfim, como potência e não apenas “carência”, “falta” ou “ausência”.

Produção de dados sobre incidência e comorbidade

Desde o início da pandemia, muitas críticas vêm sendo feitas aos dados oficiais, notadamente a subnotificação, devido ao número reduzido de testes e deficiências na contabilização dos óbitos, em especial no caso das favelas. Em muitos estados, as informações sequer identificam os óbitos por raça, fato que impede de se ter uma visão mais ampla e multifacetada sobre o impacto diferencial do novo coronavírus na população.

Ao entenderem que o poder público não contabilizaria propriamente o número de pessoas infectadas, lideranças se organizaram para fazer levantamentos e mapeamentos próprios, desenvolvendo sistemas de informação e monitoramento das moradias afetadas e da ocorrência de óbitos. Esses mapeamentos têm uma tripla importância: (i) criticar a atuação estatal e produção de dados oficiais; (ii) criar legibilidade; (iii) orientar a ação durante a pandemia. Alguns exemplos²² são: Voz das Comunidades; CoronaNasFavelas - Frente Maré; Painel do Santa Marta; Painel do Alemão;

²⁰ Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coletivos_em_a%C3%A7%C3%A3o_contra_coronav%C3%ADrus#Babil.C3.B4nia_Utopia.

²¹ Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=CoronaTrack_no_Santa_Marta.

²² Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painel_Covid-19_nas_favelas_do_Rio_de_Janeiro.

Painel de Manguinhos; Painel de Monitoramento Covid-19 na Rocinha; Coronazap Borel; Painel Providência.

Esses levantamentos vêm sendo realizados de formas bastante variadas. No caso da Providência, o coletivo SOS Providência/Região Portuária começou a formar moradores-monitores que atuam como auxiliares “para a gestão territorial durante o período do isolamento social, reunindo informações e demandas da população e diagnóstico de monitoramento das áreas do morro”.²³ Esses monitores atuam mapeando domicílios para identificar necessidades, reunir estatísticas, organizar a distribuição de doações e conscientizar moradores.

Em outras favelas, como Borel e Santa Marta, levantamentos de dados estão sendo feitos por Whatsapp. Há ainda casos de mapeamentos mistos. A Rocinha, por exemplo, reúne mais de um tipo de levantamento. O jornal comunitário *Fala Roça* divulga o Painel Coronavírus Rocinha²⁴ com gráficos que mostram a evolução diária da pandemia na favela, com dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Já a Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza junto com a Clínica da Família Ronaldo Lamare e o CMS Albert Sabin criaram outro painel. Essa experiência resulta de uma troca de tecnologias entre profissionais e moradores de diferentes favelas, uma vez que foi inspirada em iniciativas semelhantes feitas no Complexo do Alemão e em Manguinhos (Araújo et al., 2020), tendo como objetivo tornar públicos os dados de vigilância feitos por profissionais de saúde”.²⁵ Importa ressaltar que o próprio aparelho estatal é heterogêneo e permeável às lutas políticas, ainda que os interesses populares sejam inseridos de forma subalterna na hierarquia dos aparatos governamentais.

Em julho de 2020, o RioOnWatch, em parceria com várias instituições de favelas, lançou o Painel Unificador das Favelas²⁶ que reúne dados sobre casos prováveis, confirmados e mortes, obtidos de fontes comunitárias, de dezenas de relatores de favelas em toda a cidade, de painéis publicados pelo governo e clippings de notícias. Ele permite que os moradores relatem seus sintomas usando um algoritmo de verificação de sintomas, cujos resultados também

²³ Fonte: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/morador-monitor-sos-comunidades-zona-portuaria> (acessado em 22 de junho de 2020).

²⁴ Fonte: <https://falaroca.com/painel-coronavirus-rocinha/>.

²⁵ Fonte: <https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/c5ae2175-d23e-4411-933d-a222da20ec8b/page/r2dOB> (acessado em 24 de junho de 2020).

²⁶ <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/>.

aparecem no painel. O objetivo principal é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas, fornecendo uma visão mais precisa do impacto da pandemia. Diante da precária ou mesmo falta de informações oficiais, que impossibilita o reconhecimento da situação de exposição à qual os moradores de favelas estão submetidos, a produção de dados para os painéis se insere na disputa sobre a verdade da pandemia, disputa simbólica que tem consequências concretas na possibilidade de continuidade da vida da população favelada (Menezes; Magalhães; Silva, 2021).

Críticas ao poder público e produção de planos de ação

A mobilização nas favelas tem utilizado novas tecnologias e as redes de articulação previamente existentes, envolvendo a prevenção e diagnóstico nesses locais, realizado a partir de pesquisa e mapeamento feito pelos moradores. Todo esse trabalho propositivo e ativo dos moradores é permeado por uma constante crítica à atuação limitada e pontual do aparato institucional no controle da pandemia nesses territórios.

Publicações críticas nas redes sociais, cartas abertas, notas públicas são dispositivos a partir dos quais moradores e lideranças situam e veiculam suas críticas ao modo como os poderes públicos atuam no combate aos efeitos negativos da pandemia em suas vidas, permitindo que se abra, dessa maneira, um horizonte de denúncias que darão forma e sentido às ações em curso. Além disso, nesses documentos figura uma outra camada de críticas e, conseqüentemente, de denúncias, que diz respeito ao fato de que as consequências do avanço do novo coronavírus sobre essas localidades e seus moradores não podem ser compreendidos sem que se leve em consideração: (i) problemas históricos ligados ao déficit de projetos habitacionais e políticas de saneamento voltadas para as favelas e periferias; (ii) o acesso precário ao sistema de saúde; e (iii) o racismo estrutural e a violência estatal.

Logo no início da pandemia, uma comunicadora da Maré publicou um artigo sobre o direito de lavar as mãos nas favelas.²⁷ Ela e muitas outras lideranças vêm denunciando como a constante falta de água impede que os

²⁷ Cf. <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/artigo-coronavirus-pelo-direito-de-lavar-as-maos-nas-favelas-cariocas>.

moradores sigam as orientações de prevenção à Covid-19. Essas denúncias ganharam ressonância no debate público com conquistas importantes, como a ação da Defensoria Pública da União exigindo que o aparato estatal e suas diferentes agências responsáveis cumpram seu papel constitucional e garantam programas sanitários, de saúde, alimentação e assistência social para a população que vive em favelas no Rio.²⁸

É importante destacar também que moradores de favelas são obrigados a lidar com circunstâncias que reforçam sua exposição à morte, além daquela formada pelas camadas de vulnerabilidades exponenciadas, na atual conjuntura, pela pandemia. Muitas críticas são direcionadas às operações policiais que continuaram a ocorrer (apesar de uma relativa queda no início da quarentena) nessas localidades, muitas delas chegando a interromper ações de distribuição de alimentos.

Nesse mesmo período, acompanhamos a repercussão mundial da onda de protestos em diferentes cidades dos EUA em decorrência do caso George Floyd,²⁹ um homem negro asfixiado até a morte por um policial branco de Minneapolis. A morte de Floyd atuou como elemento catalizador de manifestações multitudinárias em outros países, mesmo em meio à pandemia. Ela também ressoaria no Brasil, fazendo com que milhares de pessoas, especialmente a população negra moradora das periferias, saíssem às ruas para denunciar a violência policial e racista. Nas manifestações antirracistas e contra a violência policial ocorridas no mês de junho no Rio de Janeiro um dos lemas centrais foi: “Nem de tiro, nem de Covid, nem de fome! O povo negro quer viver!”. Nessa ocasião, muitos moradores de favelas foram às ruas para se contraporem às diferentes modulações da política de morte em curso, seja aquela decorrente da vulnerabilidade social intensificada pelas crises de saúde pública e econômica ocasionadas pelo novo coronavírus, seja pela violência policial que não cessara, mesmo diante do avanço da pandemia. Como destacou uma liderança de Acari:

Diante do aumento expressivo das mortes em operações policiais ficou incabível continuarmos fazendo ações sociais somente nos nossos territórios, tivemos de tomar as ruas. Para mim foi uma mistura de

²⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/16/defensoria-publica-da-uniao-entra-com-acao-para-garantir-assistencia-em-favelas-do-rio-durante-pandemia-e-fala-em-genocidio.ghtml> (acessado em 20 de junho de 2020).

²⁹ Cf. <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/06/04/manifestacoes-eua-george-floyd.htm>.

sentimentos, a maior parte ruins. Inaceitável que em meio a uma pandemia mundial a gente tenha que ir às ruas protestar por mortes em decorrência de ações policiais. Na primeira manifestação inclusive chorei... isso é incabível. Beira ao surreal.³⁰

Os gritos das ruas conseguiram ganhar ressonância no debate público. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu, em decisão liminar, a realização de operações policiais em favelas do Rio durante a pandemia. A decisão foi comemorada, mas também recebida com desconfiança, porque os moradores sabem que a liminar não garante que policiais vão de fato interromper ações violentas nessas localidades.

Hirata, Grillo e Dirk (2020) apontam que o deferimento da medida cautelar na ADPF 635 reduziu a violência armada, estimando que foram salvas 18 vidas em apenas 15 dias. Porém, constata-se o que moradores já vinham denunciando nas redes sociais: operações continuaram ocorrendo durante a vigência da medida cautelar e são fortes os indícios de que elas se deram apesar da decisão do ministro do STF. Por isso, os moradores continuam se mobilizando para tentar denunciar as operações,³¹ já que o governo do Rio de Janeiro contestou a proibição.

Além de denunciar, moradores também têm se organizado para propor soluções a partir da realidade diagnosticada, mesmo que reforçando as críticas à omissão dos governos em relação aos seus deveres constitucionais. Assim, vários grupos e coletivos de favelas, em parceria com universitários, pesquisadores e professores, têm elaborado planos de ação, indicando o que o governo deveria fazer.³²

Um exemplo disso foi uma articulação feita entre lideranças do Alemão, Cidade de Deus, Maré, Rocinha e Santa Marta, e pesquisadores da UFRJ, PUC-Rio e UERJ, em diálogo com a FIOCRUZ, que resultou em um plano de ações para o enfrentamento da Covid-19 com foco nas especificidades das favelas. Mais recentemente, o mesmo grupo, sob a condução do Observatório

³⁰ Fonte: https://esquerdaonline.com.br/2020/06/16/sempre-gritamos-vidas-negras-importam-entrevista-com-a-ativista-buba-aguiar/?fbclid=IwAR2TnrsZXq1WPbEzvizHtudCYoEC_JO-WH1OkbXx84u7XpTlyfpz2U5BoeY (acessado em 25 de junho de 2020).

³¹ Mães de vítimas da violência de Estado enviaram ao STF uma Sustentação Oral Popular para a ADPF 635, solicitando a interrupção das operações policiais nas favelas durante a pandemia. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=w1WWBpoZARA&feature=emb_title.

³² Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas#Planos_de_a.C3.A7.C3.A3o_e_documentos.

das Metrópoles,³³ buscou reunir dados sobre os impactos da pandemia nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, promovendo um levantamento por meio de um questionário *online*,³⁴ cujas informações coletadas servirão de base para ações de incidência política e de defesa dos direitos humanos, em parceria com o Dicionário de Favelas Marielle Franco e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A associação Universidade/Favela vem sendo tanto problematizada quanto perseguida nos últimos anos, em diferentes fóruns que reúnem acadêmicos e militantes em busca da descolonização dos conhecimentos e da demolição do “epistemicídio”, fatores que fundamentam e legitimam a exclusão social.

Considerações finais

Neste artigo buscamos descrever e analisar as diferentes ações empreendidas por moradores de favelas e seus coletivos no contexto da pandemia no Rio de Janeiro. Ao apontar para ações de prevenção, comunicação, doações de alimentos, formulação de painéis próprios de casos, bem como das críticas formuladas à política da precarização (Magalhães, 2020) promovida pelos aparatos estatais, pretendemos dar conta de como essas ações permitem a observação da constituição de uma trama movimentalista (Magalhães, 2019), a partir da qual se tornou possível, inscrevendo a crítica num horizonte de publicidade, o deslizamento do modo como são agenciados os significantes favelas/periferias.

Dessa forma, tais ações buscam não somente lançar luz sobre as experiências da pandemia nessas localidades, mas, fundamentalmente, modificar o enquadramento por meio do qual suas vidas são definidas. Tal esforço também se dá na direção dos efeitos desses enquadramentos e seus significantes, notadamente no que se refere aos modos como atuam os aparatos estatais nessas localidades. Como aponta Veena Das (2000), “parece que a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e consequentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas

³³ Cf. https://habitacao.observatoriodasmetropoles.net.br/levantamento_covid/.

³⁴ Cf. <https://forms.gle/86DRESdm26grmPSk8>.

modelizações”. Tal incapacidade, na verdade, pode ser lida na chave de uma *inércia constitutiva e deliberada* característica dos modos de governo dos pobres historicamente no Brasil.

As ações aqui em consideração não se apresentam simplesmente como uma atuação “contra” o aparato estatal, mas contra as maneiras pelas quais ele é vivenciado e experimentado cotidianamente nesses territórios. A atuação de organizações e coletivos de favelas e periferias ao longo da pandemia vem demonstrando que as lutas empreendidas não se referem apenas à sobrevivência física e imediata dos corpos que habitam tais territórios, mas também às disputas simbólicas acerca do significado da favela/favelados. Dessa forma, tais experiências associativas (através de frentes, gabinetes de crise e arranjos mais fluidos), bem como a capacidade de articulação com atores externos por meio de parcerias, demonstram como a vida nas favelas não pode ser entendida pela chave da “carência” ou de noções como desordem, caos e ilegalidade. Ao contrário, essas lutas apontam no sentido da valorização das potências emergentes desses territórios e de suas populações, o que foi evidenciado até mesmo na cobertura dada pela grande mídia. No entanto, o novo normal pós-pandemia ainda é uma incógnita também em relação aos efeitos políticos dessas mobilizações e ações, face à capacidade de recomposição da normalidade excludente.

Referências

- Araújo, Fábio, Mallart, Fábio, & Gaudenzi, Paula. (2020, 30 jun.). Contextualizar o desmonte é essencial. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://diplomatique.org.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial/>
- Arendt, Hannah. (1993). *A Condição Humana* (6. ed.). Editorial Forense Universitária.
- Cefaï, Daniel. (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 2(4), 11-48.
- Cefaï, Daniel. (2002). Qu'est-ce qu'une arène publique ? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In D. Cefaï & I. Joseph (dir.), *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme* (pp. 62-103). Editions de l'Aube.

- Das, Veena. (2020, 1º jun.). Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (Reflexões na Pandemia 2020, texto 26). Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-26>
- D'andrea, Tiarajú P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304>
- Doimo, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume-Dumará.
- Feltran, Gabriel. (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* (1. Ed.). Editora Unesp/CEM.
- Fleury Sonia. (2011). Desigualdades Injustas: o contradireito à saúde. *Psicologia e Sociedade*, 23(spe), 45-52. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400007>
- Fleury, Sonia. (2007). Pobreza, desigualdades ou exclusão? *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6), 1422-1425. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600003>
- Fleury, Sonia, & Menezes, Palloma. (2020). Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate*, 44(spe4), 267-280. <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418>
- Freire, Jussara. (2016). *Mobilizações coletivas e problemas públicos em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Freire, Lucas. (2019). *A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de “crise”* [Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Hirata, Daniel, Grillo, Carolina, & Dirk, Renato. (2020, 18 ago.). Apresentação ao relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as Operações Policiais na Região Metropolitana do RJ. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (Reflexões na Pandemia 2020, texto 57). Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-57>
- Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento*. Editora 34.
- Laclau, Ernest. (1977). Prólogo. In P. Anderson (Ed.), *La cultura represiva. Elementos de la cultura británica*. Anagrama.
- Landi, Oscar. (1981). Sobre lenguajes, identidades y ciudadanías políticas. In N. Lechner (Org.), *Estado y Política en América Latina* (pp. 172-198). Siglo XXI

- Leeds, Anthony, & Leeds, Elizabeth. (1978). *Sociologia do Brasil urbano*. Zahar Editores.
- Leite, Márcia P. (2020, 25 maio). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, (Reflexões na Pandemia 2020, texto 23).
- Machado da Silva, Luiz A. (2002). A continuidade do “problema da favela”. In L. Lippi (Org.), *Cidade: história e desafios* (pp. 220-237). Ed. FGV.
- Machado da Silva, Luiz A., & Leite, Márcia P. (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In IBASE (Org.), *Rio: a democracia vista de baixo* (pp. 61-78). IBASE.
- Magalhães, Alexandre. (2020). As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, Pelotas, v. 8, p. 79-85.
- Magalhães, Alexandre. (2019). *Remoções de favelas no Rio Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Appris.
- Mendonça, Ricardo F., & Simões, Paula G. (2012). Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), 187-235. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012>
- Menezes, Palloma V., Magalhães, Alexandre A., & Silva, Caíque A. F. (2021). Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. *Horizontes Antropológicos*, 27(59). <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100006>
- Menezes, Palloma, & Mano, Apoena. (2020). Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para “cuidar dos nossos”. Entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, (Reflexões na Pandemia 2020, texto 87).
- Mbembe, Achille. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 123-151.
- Pestana, Marco M. (2016). *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)* (1. Ed.). Eduff.
- Rocha, Lia. (2013). “Uma favela diferente das outras?” *Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Faperj; Ed. Quartet.
- Sader, Eder S. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Paz e Terra.

Schmidt, Vivien A. (2010). Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism. *European Political Science Review*, 2(1), 1-25. <https://doi.org/10.1017/S175577390999021X>

Schmidt, Vivien A. (2013). Arguing about the Eurozone crisis: a discursive institutionalist analysis. *Critical Policy Studies*, 7(4), 455-462.

Recebido: 20 ago. 2021

Aceito: 06 dez. 2021



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)